

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO BIRA CORÔA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia de África, proposta pelo deputado Bira Corôa.

Quero neste momento convidar para compor a Mesa o Sr. Promotor de Justiça Clodoaldo Silva Anunciação, representante do Sr. Procurador-Geral, Márcio Fahel; o Assessor Especial Sr. Ailton Ferreira, representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Srª Secretária, Vera Lúcia Barbosa. Aproveito também para anunciar que a representação da Sepromi é também delegada à representação do governo do Estado da Bahia;

Convido também para a Mesa a representante da Casa do Benin, a equede Iray Galvão; o representante da Casa Adorno, de Cachoeira, Sr. Marcelino Gomes; a representante do terreiro Rampami Kareleui Keue, Srª Norma Sueli Simas; os representantes do Terreiro Keue Vodun Zó, Doté Amilton de Sobô e Mavô Adelson; a Srª Professora Yeda Pessoa de Castro; o representante do Terreiro do Ventura, de Cachoeira, Buda de Bobosa; e o major Peixoto, representante do comandante geral da Polícia Militar.

Neste momento assistiremos à apresentação cultural e às saudações dos alabês do Terreiro Keue Vodun Zó.

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Como proponente desta sessão eu vou solicitar a Ailton Ferreira para presidir a sessão para que eu possa utilizar a Tribuna. (Pausa.)

Bom, eu ia quebrar o protocolo, mas vou fazer o meu pronunciamento daqui mesmo. Segundo o Regimento da Casa para presidir a sessão tem que ser um deputado.

Como nós também tivemos uma tarefa muito grande ao longo das nossas vidas, que é também quebrar alguns protocolos, vou fazer o pronunciamento também daqui, quebro o protocolo do mesmo jeito.

(Lê) “Em 25 de Maio de 1963 na cidade de Adis Abeba, capital da Etiópia, 32 chefes de Estados africanos se reuniram para criar a Organização da Unidade

Africana, que tinha dentre seus objetivos, promover a solidariedade e a unidade dos Estados africanos, defender sua soberania e principalmente, a erradicar todas as formas de colonialismo ainda existente na África.

Em 1972 a Organização das Nações Unidas, reconhecendo a importância da Organização da Unidade Africana, instituiu o dia 25 de maio como o Dia de África.

Ao longo desses anos, tanto no continente africano como fora dele, afrodescendentes de diversas partes do mundo comemoram o Dia da África, mas também aproveitam esse momento para traçar novas estratégias de lutas por inclusão, cidadania e combate ao racismo.

O nosso mandato desde o ano de 2007 celebra o Dia da África, sempre elegendo um tema relacionado à história ou a cultura afro-brasileira, além de promover ciclo de palestras, seminários e exposições que marcam as comemorações dessa importante data...”

E foi com o objetivo de dar continuidade a essas ações que, em 2007, entramos com um projeto de lei nesta Casa visando a instituir o Dia Estadual de Comemoração ao Dia da África. Naquele mesmo ano, apesar de organizarmos a nossa sessão, infelizmente, ela não pôde acontecer em virtude de o plenário desta Casa estar ocupado por servidores públicos em greve e, consequentemente, a sessão especial não foi realizada.”

Mas, em 2008, a sessão especial foi realizada com as presenças de embaixadores e de representantes africanos para discutir intervenções no Brasil e do Brasil, a fim de diminuir as distâncias expostas, ao longo dos séculos, entre o continente africano e o Brasil.

Nesse mesmo ano, aqui, os representantes de Angola, Nigéria e República Democrática do Congo foram recebidos, após a sessão especial, pelo governador Jaques Wagner que reafirmou uma nova página, na história da Bahia, onde um governador passa a receber representantes na condição de embaixadores de países africanos e, pela primeira vez, 4 países africanos representados.

(Lê) “Em 2009, embora sem um tema específico, contamos com as presenças dos embaixadores de Zimbábue, Tanzânia, Angola, Nigéria, República Democrática do Congo e do Senegal.

Em 2010, voltamos a realizar a nossa sessão especial, agora, juntando esforços para consolidar o Dia da África como data permanente do nosso calendário.” Nesse mesmo ano, nós afirmamos a celebração do Dia da África ao incluir a data em calendário desta Casa. Isso significa que, independente da presença do nosso mandato, a partir de 2010, a data 25 de maio, obrigatoriamente, será, sempre, lembrada e celebrada nesta Casa pelo tamanho da sua importância.

(Lê) “Em 2011, foi instituído pela ONU como Ano Internacional dos Afrodescendentes. Naquele mesmo ano, foi, também, realizada a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Foi a partir desses acontecimentos que, na sessão especial de 2011, debatemos o tema '*Avanços e Desafios das Políticas Afirmativas no Brasil*'. Participaram do evento os embaixadores de Cabo Verde, os representantes das

embaixadas da Nigéria e do Benim no Brasil, o adido cultural de Angola e o diretor da Casa de Angola na Bahia.

Em 2012, nós nos aproximávamos de completar uma década da sanção da lei nº 10.639/2003 que alterou a LDB e instituiu, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*. Em nossa sessão especial, o nosso tema foi *África Recontada*.”

Qual o objetivo? Reconstruir a história ao incluir as contribuições africanas dadas durante o processo de formação civilizatório na Bahia e no Brasil.

Com o tema (lê) “*Inclusão, Educação e Ação*”, fizemos, também, naquela oportunidade, uma homenagem póstuma à historiadora e à folclorista Zilda Paim, pois esta foi uma das primeiras educadoras a abordar os temas pertinentes às africanidades no Recôncavo Baiano.” Zilda Paim, repito, em 1950, introduziu na escola pública, em Santo Amaro, o maculelê e o candomblé nas aulas e nas suas atividades cotidianas.

Em 2013, homenageamos As Mulheres da República de Palmares, destacando inúmeras contribuições dadas pelas mulheres na luta e reafirmação da nossa negritude. É bom destacar que na nossa própria história, contada por nós mesmos, negros, quase sempre não inclui, em suas referências e citações, mulheres como Dandara, Akualtune, dentre outras que deram contribuições importantes, conduziram e dirigiram as lutas e os setores estratégicos da nossa resistência, como o próprio Quilombo de Palmares.

Em 2014, semelhante ao que estamos fazendo hoje, foi a vez de destacarmos o legado do povo bantu. Semelhante ao que estamos fazendo hoje, tiramos como tema trabalhar uma civilização e uma cultura, o papel e a contribuição dada à civilização do povo brasileiro e baiano. Contribuições que perduram até hoje e que nos mantêm com direito de identidade séculos depois.

Este ano, 2015, o tema é O Legado do Povo Jeje no Processo Civilizatório Baiano e Brasileiro, com igual compromisso, o de destacarmos as nossas relações e a nossa estruturação na contribuição dada na religiosidade, nos aspectos culturais, nas atividades socioeconômicas, na formulação e consolidação política e social do povo baiano e brasileiro.

Abreviando, quero dizer que a contribuição dada pelo povo jeje não poderia deixar de ser destacada por esta Casa, no dia de hoje. Esta Mesa composta por representações oriundas da cultura e do legado deixado pelo povo jeje para o povo baiano e brasileiro.

(Lê) “É por tudo isso, senhoras e senhores, que esta Casa Legislativa não deixa passar despercebida esta importante data para todos os Afrodescendentes da Bahia.” Em especial, no dia de hoje, no ano de 2015, para o povo baiano e brasileiro. Consequentemente a influência e a contribuição dada, também pelo povo jeje, na formação de diversos outros povos em diversos continentes do nosso planeta.

No dia de hoje, quero abrir esta sessão com o lema : (Lê) “Salve 25 de maio, o Dia da África! Salve a participação do povo Jeje no processo civilizatório Brasileiro.” E, em especial, na nossa identidade baiana. Não poderíamos deixar de agradecer a

todos e a todas que direta ou indiretamente, ao longo na nossa própria história e existência, tem-nos permitido chegar ao século XXI, ao ano de 2015, com a nossa própria identidade, com o direito de ser, permanecer e conquistar os nossos próprios espaços.

É de conhecimento de todos que a sociedade em que estamos inseridos ainda não nos trata com igual respeito e com iguais direitos. O que nós queremos, como negros e afrodescendentes, não é ser diferentes. Nós queremos ter igualdade nos direitos e nos deveres, mas queremos, acima de tudo, não sermos tolerados, mas respeitados. É com esse lema que abro a sessão de hoje, agradecendo a todos e todas pelas presenças e, ao mesmo tempo, dando boas-vindas e desejando mais um ano de luta e de conquistas, expectativas, mas, acima de tudo, de muita disposição para continuarmos enfrentando essa sociedade que nos trata como desiguais e que ainda nos desrespeita.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Dando sequência ao nosso ato, convido para se pronunciar um participante da Mesa, a representante da Casa do Benin, a *ekedi* Iray Galvão.

A Sr^a IRAY GALVÃO:- Gente, boa-tarde a todos e a todas. Estou muito feliz e orgulhosa de representar a Casa do Benin, porque o Benin é o país de onde se originou, praticamente, todo povo jeje que veio para a Bahia.

Tenho que dizer que a nossa identidade cultural, com o povo que nós aqui chamamos de jeje, mas que na realidade é o povo fon, é muito grande. Isso se deve a uma parte da nossa história. Eu não sei se todos nós sabemos, mas os negros fons foram, talvez, os últimos negros a virem para o Brasil, mesmo depois que o tráfico já estava exterminado. Quem estava aqui como escravo podia ficar, mas não se podia mais trazer negros. Mas eles continuaram vindo.

E o que aconteceu? Quando houve a Abolição, nós tínhamos uma quantidade de jejes novos e produtivos aqui. E como não faziam mais parte das necessidades dos senhores, eles foram mandados de volta para a África. Lá eles eram conhecidos como os agudás, que é uma palavra jeje que significa os que retornaram. Lá eles refizeram a nossa cultura; fazem a Lavagem do Bonfim, a Burrinha de Ouro, o Carnaval, numa reinvenção da nossa cultura, enquanto nós, aqui, guardamos a arte, a beleza, a magia, sobretudo da religião africana que nos foi trazida, também, pelos negros fons.

O Benin, hoje, no século XIX era o reino do Daomé, que na língua fon significa sobre a barriga de Dan. Dan é a cobra sagrada, que nós costumamos chamar de Oxumaré.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao Doté Amilton de Sobô.

O Sr. DOTÉ AMILTON DE SOBÔ:- Boa-tarde. Como Dona Iray, falou

somos descendentes do fon. Realmente, essa palavra jeje na África não existe. Jeje significa forasteiro e inimigo. Esse nome nos foi dado pelo povo do ketu, porque quando nós chegamos aqui, o povo do fon tinha mais relevância e mais beleza, e o povo de ketu ficou com raiva e colocou esse apelido de Jeje. Tanto que eu não digo que sou Jeje, sou Savalu. Essa palavra para mim não existe. Como ela falou que dependemos muito dessas pessoas que aqui chegaram, vou pedir a permissão para fazer um cântico para os nossos ancestrais, porque tudo que temos aqui devemos a eles.

(O orador entoa um cântico aos ancestrais)

Esse cântico significa eu te rendo, eu te homenageio, eu te saúdo, eu te louvo. Esse cântico significa isso. A tradução dessa cantiga é como estou dizendo para vocês: avalu para vocês todos. Na nação Savalu, significa eu te homenageio, eu te saúdo. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): - Aproveito para registrar as presenças de Mãe Maria Bernadete, coordenadora da Igualdade Racial de Simões Filho, que também conduz o Quilombo de Palmares em Simões Filho; Abílio Marques, professor da Uneb; Joselito Barbosa, vereador em Biritinga; Marcelo Santos, da Fenacab, que além de representar a Fenacab também representa aqui o departamento de Promoção da Igualdade, do município de Santo Antônio de Jesus; Lucimar Oliveira, da Fundação Gregório de Matos. Queria até aproveitar para convidá-la, em nome da Fundação Gregório de Matos, para compor a nossa Mesa. Peço desculpas por não a ter convidado no início, mas a Fundação Gregório de Matos tem contribuído com as nossas lutas e com as nossas conquistas. Registrando ainda a presença de Edmilson Santos, secretário de Organização do PPL, ex- subsecretário de Reparação do nosso município do Salvador; Leonel Monteiro, da Afa, mais uma vez obrigado; João Borges, coordenador de Promoção da Igualdade do nosso município de Camaçari; Sidnei Reis Pereira, vereador de Caém; José Anísio Filho, coordenador do PCRI de Camaçari; dos representantes do Quilombo Caipora.

Vou chamar mais um orador, senão fico só nas saudações. Num segundo momento, faço as demais.

Neste momento, quero passar a palavra a representante do terreiro Rampami, Norma Sueli Simas. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): - Com a palavra a Sr^a Norma Sueli Simas.

A Sr^a NORMA SUELI SIMAS:- Ideloemi babá ao rumbono Carlos Botas, ideloemi a todos os meus mais velhos, mais novos, os presentes aqui nesta Assembleia. É muito bom você ficar depois de grandes falas como a de Hamilton e a da professora Iêda, porque você vai pegando as falas que trouxeram aqui e vai fortalecendo porque muita coisa já foi dita.

É um povo sofrido que chegou aqui escravizado, muitas lágrimas, muito sofrimento do povo negro e continuamos nessa luta em reconhecimento ao que eles foram de grandiosidade na civilização, na lavoura, na cultura, em todos os âmbitos de

crescimento esteve lá presente o nosso sangue negro. Esse caminho nos leva ao conforto da ancestralidade, quando em busca dos voduns vemos o resgate de tanta coisa que foi deixada para trás porque nada puderam trazer nas mãos e acorrentados. Mas a nossa ancestralidade traz à tona tudo aquilo de belo e de grandioso que o negro representa em nossa civilização.

A ancestralidade que estamos falando de jeje, de onde o nosso pai está sendo louvado. Então, não tenho muita coisa para dizer, só agradecer a ancestralidade, a presença dos voduns na nossa vida que nos dá força para enxugar tantas lágrimas que foram derramadas pelo povo negro.

Esperamos também o reconhecimento dos políticos, das pessoas que elegemos, pessoas que colocamos na mesa em prol dessa desigualdade que ainda existe. E a luta para que nossos filhos nas escolas não aprendam só o inglês, o espanhol, aprendam a língua africana, a língua da nossa mãe matriz que é a África.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra ao Sr. Marcelino Gomes, representando a Casa do Adorno de Cachoeira.

O Sr. MARCELINO GOMES:- Abaixo da divindade suprema do universo, saúdo a todos, em nome de Olissá que é o pai de todas as nações religiosas africanas, e ao povo Jeje saúdo em nome do seu Arrolo Bessen que em todas as etnias Jeje temos como patrono Arrolo Bessen, que representa na terra a dan, que é serpente; e noá, que representa o arco-íris que nossos queridos povos do nagô e do jeje chamam de oxumaré, esse é o nosso patrono.

Quero, em nome do deputado Bira Corôa, saudar a todas as autoridades, todos os representantes oficiais dessa egrégia instituição. Na verdade, dirijo uma fundação, uma casa, primeiro vou falar da casa Paulo Dias. Para mim é muito importante porque essa casa foi adquirida em 1967 pelo professor Agostinho da Silva, que era um português naturalizado brasileiro e que foi um dos fundadores de várias universidades, inclusive a de Brasília. E criou, na Bahia de fato e de direito na época do professor Reitor Edgar Santos, o CEAO. Agostinho da Silva é considerado o homem que nos últimos 50 anos recriou a amizade sociocultural, a correlação cultura de África com o Brasil. Agostinho é considerado pelos intelectuais desse jeito.

Na verdade, estou aqui como Marcelino representante do Terreiro Zoogodô Bogum Malê Rundó, e com todo o respeito saúdo a minha rumbono Luiza Franquelina da Rocha, Gaiaku Kolofé. A minha rumbono Gaiaku Luiza.

Não gosto e não devo falar da etnia jeje, da nação jeje sem antes registrar o normal, o amplo. Costumo dizer que amo profundamente a nação que eu professo. Acontece o seguinte: partindo para a área sociocultural e política, temos um conjunto enorme que hoje, no Brasil, se transformou numa grande nação. Na África costumava-se dizer é a nação de um só Orixá, o Ketu. Realmente era um povo nômade e na África era a nação de um só Orixá.

No Brasil, bem melhor que o jeje, bem melhor que o angola, quem fez o

trabalho político maior foi o povo ketu, porque teve o cuidado de pegar em cada cidade, cada lugarejo, aqueles africanos de determinadas nações, de determinada etnia religiosa, que não tinham condições de se estabelecer no Brasil como um terreiro de candomblé, uma sociedade religiosa. Então, o povo ketu teve esse cuidado social, político de pegar cada um desses povos, cada um desses pequenos grupos e transformar, colocando dentro do seu terreiro, o que fez com que o ketu se tornasse uma grande nação.

Ao contrário do jeje, que amo de paixão e sinto-me à vontade para falar. O povo jeje é uma nação fechada, preocupada profundamente com a religiosidade, muito mais do que o nagô, muito mais do que o angola, que se preocupam com a saúde e a felicidade de cada um. O jeje se preocupa também, mas não tanto quanto essas outras nações.

O jeje é uma nação fechada, religiosa, que se preocupa com a iniciação, a língua fom, a língua maí. E é tão fechada, que a iniciação é feita com juramento de morte. Disse uma vez a minha sacerdotisa, a minha Gaiaku: “A língua é sagrada, mas não é segredo.” Uma das primeiras coisas que ela me orientou, quando eu estava no Rundemi, foi: “Onde é que o senhor está deitado?” Eu disse: “Em cima de uma esteira.” Então ela disse: “Vou lhe ensinar três nomes, inclusive os das outras nações, porque o senhor é professor, que é pra depois não sair nas pesquisas falando o nome da nossa nação.” Ela me ensinou como se falava esteira nas línguas angola, nagô e por último na jeje. Hoje todo mundo sabe. Como já pesquisava a vida dela há dez anos, eu disse: “Não. Está errado, minha mãe. Vamos mostrar o que é belo.” E aí, graças a Deus, deixamos esta parte de lado.

A minha mãe, a minha Gaiaku, conviveu comigo não tanto tempo, uns 15 anos, mas deixou um registro fantástico na mídia, porque me amava e confiava em mim. E com essa confiança consegui que ela soltasse a língua para a imprensa, televisão, livros, etc. Então, nós não podemos deixar de registrar essa situação.

Uma outra coisa que os antropólogos dizem e a nossa representante da Casa do Benin acabou de dizer agora: na verdade, a grande leva do então País Daomé veio para o Brasil. Os professores Luiz Viana e Pierre Verger registram - a partir de 700, 715, 711 - os primeiros fons chegados aqui. E o número maior veio bem depois. Era um povo que já tinha um grande número de muçulmanos, eram letrados, os daomeanos, tinham mais dinheiro, uma formação mais elevada, consequentemente, mais difícil de serem escravizados. Não que não o fossem.

Agora, uma coisa aconteceu no Recôncavo, no pequeno Recôncavo – na verdade, Salvador era do Recôncavo – completamente diferente, e nem o professor Vivaldo da Costa Lima, nem Pierre Verger, nem todos os amigos intelectuais que tenho conseguiram dizer o porquê. Na Cidade de Cachoeira, pudemos provar que no fim do século XV já havia uma grande quantidade de fons – inclusive ricos e livres – diferentemente de qualquer outro lugar do Brasil. Agora, não explicarei aqui por que isso aconteceu porque nenhum intelectual me explicou.

A prova parte do seguinte: em Cachoeira, nos anos 600, foi construída uma igreja, a de Nossa Senhora do Amparo. Não era uma capela, era um templo suntuoso

que foi construído por africanos, fons, que em Cachoeira, nessa época, já se chamavam jeje mahi, o que não ocorria no resto do País. Jeje mudubi, jeje daomé, jeje fon, já se utilizavam essas nomenclaturas, nessa época, em Cachoeira, para os povos de Daomé.

E esse povo, esses homens e mulheres, construiu essa igreja. E a maioria deles, no conjunto, era candomblecistas – o que chamamos hoje de candomblezeiros – e muçulmanos. Porque os muçulmanos que vieram para o Brasil na época não eram radicais. Eles sabiam que para você ter nome e voz no Brasil, na colônia antes, depois no império, tinha que estar ligado a uma irmandade religiosa. Uma irmandade religiosa tinha voz mais forte do que os conselhos municipais. Porque quem mandava aqui eram o Estado e a Igreja.

A prova disso é que se o governador-geral da Bahia autorizasse a morte de algum africano – ou de quem quer que fosse, mesmo que fosse português – e a Igreja, o bispo ou o cardeal, intercedesse, o governador obedecia. Mas se um simples padre pedisse ao cardeal que mandasse matar quem quer que fosse, português ou africano, não havia pedido do governador-geral da Bahia: era morto mesmo, e acabou. A Igreja Católica tinha esse poder.

E os muçulmanos tinham uma sabedoria fora do comum, o que não se registra muito em nosso País.

Vou contar um outro fato. Em Cachoeira, no fim do século XVII, foi criada a Irmandade da Boa Morte. Quando dizem que ela é de Salvador, da Barroquinha, que aqui foi criada e depois banida para Cachoeira, isso não é verdade. A Irmandade da Boa Morte de Salvador foi criada pelo povo de ketu. A Irmandade da Boa Morte de Cachoeira foi criada por nochês, voduns, ekedis, rombonos, mulheres ricas e livres que vieram da África para essa região. O que muito se diz é que vieram para o Brasil milhões de africanos escravizados, mas também vieram para o Brasil milhares de africanos abastados, com condições de negociantes ricos, e que tinham a ideia principal de liberdade.

Eu ouvi de senhoras, que, hoje, teriam 130 anos, da Boa Morte o seguinte: “O lema nosso, além de religioso, era salvar os irmãos; se por acaso nós tivéssemos na família um africano simples, como nós, cuja alforria pudesse ser comprada, e chegasse algum príncipe africano letrado e escravizado, éramos capazes de deixar o nosso familiar para depois e nos juntarmos para alforriar aquele intelectual que veio como escravo, pois ele se juntaria aos quilombos ambulantes, aos grupos que pressionavam. Logo nenhum africano veio para cá sem profissão nem com vontade de ser escravo. O africano nasceu liberto e sempre quis liberdade. Então, temos essa irmandade que fez esse grande trabalho.

Depois tivemos mais duas igrejas construídas, no Sec XVIII, em Cachoeira, cujo bônus era da etnia Jeje, por exemplo, o Rosarinho, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Coração de Maria do Monte Formoso. Essa Irmandade tinha uma campa de bronze com o emblema da Princesa Isabel e um termo escrito - que tive a felicidade de ler- no qual ela autorizava que aquela irmandade tocasse a campa quando saísse na rua, para se destacar de todas as outras.

O Amparo não tinha uma simples irmandade. O Amparo era uma confraria, confraria essa que só era criada no Brasil com autorização expressa de Roma.

Os senhores imaginem quanta contribuição essa confraria não deu para toda a pequena região do Recôncavo. Incomodou tanto que quando, há 80 anos, os irmãos foram desaparecendo, as duas irmandades de branco, a da Santa Casa e a Ordem Terceira do Carmo, se juntaram, fizeram, no lugar da igreja, uma maternidade e mandaram demoli-la, porque ali estava a maior marca de África na região.

Sempre chamo a atenção: qualquer igreja pode ser incendiada, mas, em Salvador, foi impressionante o fato de só pegar fogo a da Barroquinha, onde estava o maior celeiro de toda dor, de todo desenvolvimento e de todo sentimento africano na cidade de Salvador.

A Igreja do Rosário dos Pretos é muito importante, mas não é lá que está a maior dor, a maior obra, o maior acontecimento da África em Salvador. Era na Barroquinha. A Barroquinha pegou fogo. A igreja de Cachoeira foi demolida e a do Rosarinho já foi restaurada quatro vezes e de propósito a deixam cair. Tinha também uma irmandade muito importante, Sr. Bom Jesus do Martírio. Estava lá no enterro dela. Só entra povos jeje. Se for descendente, paga uma taxa.

Quero registrar uma outra coisa que muita gente não se dá conta: Cachoeira foi a cidade que teve os primeiros movimentos de lavagem de igreja. Cachoeira já perdeu esse hábito, uma brincadeira até de mau gosto e eu fico muito triste.

Mas hoje temos, em Salvador, uma grande festa que é a Lavagem do Bonfim. Temos Santo Amaro, Feira de Santana, Maragojipe. Entretanto pergunto: qual foi a igreja de negro no Brasil que teve lavagem?

Cachoeira criou as lavagens na Bahia. Nossa Senhora da Ajuda, Santa Cecília, São Bartolomeu e Purificação são irmandades de branco. Bonfim é a elite de Salvador. Portanto essas lavagens, no geral, eram uma maneira de denegrir a imagem do africano. Você ia para lá, com água nas costas, com o burro, para lavar a igreja onde você jamais entrava para assistir as missas de festa.

Mas o africano é tão capaz de transformar desgraça em beleza, pancada em samba, perversidade em perfumaria, pegou as lavagens, que eram uma perversidade, e transformou numa grande festa. Começou a enfeitar os burros, a se vestir de baiana, botar perfume nas águas, flores maravilhosas e lavar a igreja com água perfumada e, conseqüentemente, dançando e cantando, uma das coisas que o povo Jeje resistiu muito em Cachoeira. Sei disso porque as velhas da Casa Estrela, mulheres de quase 100 anos de idade, contavam. Eu tinha 12, 13 anos e convivia com elas, por isso sei muito mais “de ouvido” do que da literatura.

O que perdemos em Cachoeira? Quando o ministro mandou queimar todos os arquivos para apagar a mancha negra da escravidão, o Conselho Municipal de Cachoeira resistiu. Eles mandaram uma comissão específica para entrar no arquivo da Casa de Câmara e Cadeia, colocaram na praça e queimaram tudo que tínhamos de registro. Alguma coisa ficou, isto contato pelo Sr. Manoel Mateus Ferreira a mim, criado pelo Monsenhor Itapiranga, porque José de Belchior, que vivia dentro do conselho municipal, escondeu alguns livros na casa de candomblé dele, e depois do

queima-queima trouxeram para o arquivo, por isso ainda temos alguma coisa.

Se fôssemos ficar aqui falando da nossa história, daria um doutorado, e eu não estou aqui defendendo tese de doutorado. Saúdo:

(O Sr. Marcelino Gomes canta)

O Sr. MARCELINO GOMES:- Uma oração que se canta e dança pelos marris, mas que era um lamento. Quando os que conseguiam voltavam da guerra, cantavam na entrada da aldeia: “Minha mãe, a galinha que preparavam lá não é tão boa quanto a que você faz aqui”.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Agradecemos pela contribuição e por essa oportunidade de viajarmos um pouco na nossa real história.

Aproveito para convidar para compor a nossa Mesa a Dr^a. Defensora Pública Eva dos Santos Rodrigues, neste ato representando o defensor público geral Clériston Cavalcante de Macedo.

Aproveito também para registrar as presenças de: Flávia Reis, diretora do Departamento da Promoção da Igualdade do Município de Santo Amaro; Ilê Axé Obá Kosô Loke Omi; Ilê Axé Omim; Associação Comunitária das Vilas Unidas – Biritinga; professora Nildete Carla, da Uneb; Cooperativa Quilombola Vilas Unidas; Pai Pote – Ilê Axé Oju Onirê.

Gostaria de registrar, Pai Pote, uma grande satisfação. No último dia 13, mais uma celebração, praticamente 126 anos. Santo Amaro tem uma das celebrações mais significativas para a história e para a identidade africana, que é o Bembé do Mercado, e nessa celebração, especialmente a deste ano, tivemos uma grande conquista: o reconhecimento por parte do ministro presente e da afirmação do Bembé como patrimônio da humanidade.

Agradeço a todos os pais e mães de santo, os capoeiristas e os mestres de capoeira que, um ano após a promulgação da Lei Áurea, foram às ruas de Santo Amaro para fazer o primeiro registro e o primeiro protesto pela forma e pela modalidade que se deu a chamada Lei Áurea, a qual decretou o fim da escravidão. Naquele exato momento, no terreiro, ao som dos atabaques e sob a proteção dos inquices, orixás e vudus, celebrava-se e, ao mesmo tempo, protestava-se, dizendo que estar livre era também ter direito à educação, à propriedade, à moradia e ao emprego. Consequentemente, isso ainda se repete nos dias de hoje. Ainda nos sentimos, 127 anos depois da Lei Áurea, escravizados.

Aproveito também para registrar a presença do Terreiro Kare Leui; do Ilê Axé Togum; da Associação Alto do Triângulo, de Camaçari; do Ilê Axé Obá Kosô; do Instituto Búzios; do Reimpame Savalu Vodum Zó Keue; da Fundação Paulo Adorno Cachoeira; da Igreja Católica Independente; do Padre Márcio Tranquili – é uma satisfação tê-lo aqui; dos representantes da Paróquia Nossa Senhora das Candeias; dos representantes da Universidade Católica do Salvador; dos agentes comunitários do Núcleo de Justiça de Paripe; do Ilê Axé Ewé Lafê, de Santo Antônio de Jesus; do

Unzó Kunzó Zunque, de Santo Antônio de Jesus; e dos alunos do Colégio Estadual Rhute Pacheco.

Na sequência, registraremos outras presenças.

Neste momento, passo a palavra ao representante do Terreiro do Ventura, de Cachoeira, Buda de Bobosa. (Palmas.)

O Sr. BUDA DE BOBOSA:- Boa-tarde a todos.

(O S. Buda de Bobosa faz uma saudação em iorubá)

Hoje, me sinto muito feliz de participar desta celebração na Assembleia Legislativa, homenageando o nosso povo. Também estou feliz pelo tombamento da Roça do Ventura, realizado no dia 4 de dezembro. O ministro, no dia 12 deste mês, fez o ato de tombamento no Terreiro do Ventura. Sinto-me feliz, Bira Corôa, por ser convidado a fazer parte desta Mesa com o nosso povo sofrido e que merece sempre ser representado por V.Ex^a, que foi o autor da Lei do 25 de Maio para o nosso povo do Mahi, Savalú, Mondubim e das diversas outras línguas. Sinto-me muito feliz.

Só posso parabenizar todos vocês, todos nós que somos pessoas que sofreram e que sempre merecemos, sim, essa homenagem no dia 25 de maio. Só posso saudar vocês com meu abraço e a cantiga.

(O orador canta.)

Que os nossos antepassados abracem e abençoem todos nós. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para agradecer e ao mesmo tempo registrar a contribuição das exposições que desde a semana passada são realizadas nesta Casa. No salão dos ex-presidentes encontram-se as exposições “Bonecas de Pano Kanaombo” e “Fradique: Customização de Bonecas Africanas”.

Concedo a palavra a Mavô Adelson, que representa o Terreiro Keue Vodun Zó.

O Sr. MAVÔ ADELSON:- Boa- tarde a todos.

Exmo. Sr. Deputado Bira Corôa, presidente da Comissão responsável pela iniciativa que resulta nesta sessão especial que acontece hoje -, esta homenagem coloca no foco das nossas atenções e das nossas boas intenções a contribuição dada pelos povos negros classificados sob os etnônimos fom e jeje na construção desta Terra Brasilis.

Em primeiro lugar, peço a bênção ao meu Doté Amilton de Sobô, meu pai líder espiritual em nossa casa, uma casa que segue a linha denominada jeje, mas na verdade segue a tradição religiosa ewe efon savalu.

Depois dessa breve explanação, gostaria de afirmar que Mavu wê do Vodun Iê, ou seja, Deus, criou o vodum como seu duplo”. E prosseguiu fazendo uma referência ao candomblé jeje como o segmento religioso de matriz africana dedicado ao culto do Vodum.

O culto do Vodum é de cunho espiritual do qual uma parte importante é dedicada à memória dos ancestrais. A origem da humanidade, segundo a mitologia Vodum, está ligada a um processo tão fechado e inacessível ao ser humano que coloca, na atuação do Vodum, a intermediação entre as energias que dão sentido à

vida humana; ou seja, a resposta para a questão da criação do ser humano e da sua presença sobre a superfície do planeta está além da compreensão deste ser humano.

Então, para nós, praticante do culto aos Voduns, quanto às questões que nos afligem enquanto seres humanos, ou seja, produto de uma composição etérea que se perpetua, provisoriamente, sobre a face do planeta é uma questão para a qual as respostas só são obtidas mediante a intercessão do Vodum. Ou seja, por mais que a ciência humana progrida, por mais que as sociedades humanas se declarem dominadoras de aspectos relevantes da natureza, por mais que se elevem, não chegarão ao nível de entendimento e domínio das forças universais da natureza detidas pelo Vodum. (Palmas.)

Bem, nesse sentido, nós, povo do Vodum, denominados, de forma injusta e etnocêntrica, como povos primitivos, somos, ao contrário dessas afirmações, detentores da sabedoria universal a partir do instante em que colocamos os nossos destinos nas mãos do Vodum, enquanto praticamos os nossos cultos para adoçar, no poder desses, o domínio e o destino de nossas vidas.

Para abreviar esta intercessão, gostaria de fazer alguns pronunciamentos rápidos e mais característicos da nossa prática savalô.

Quero dizer para todos, em alto e bom som, (pronuncia algo em língua estrangeira) que significa, em outras palavras, que o Vodum diz “sigam o meu exemplo”. E prossegue dizendo (pronuncia algo em língua estrangeira), ou seja, “se tem saúde, busque, na natureza, o remédio para esta manutenção”.

O Vodum prega a contemplação da vida sob o manto sereno das árvores, dádiva maior da natureza. Assim o Bacono diz que o Vodum prega (pronuncia algo em língua estrangeira), ou seja, “respeitem as árvores”. Sob o manto de serenidade provido pelas sombras das árvores, o Vodum, através do Bacono, diz (pronuncia algo em língua estrangeira), ou seja, “sintam-se em casa”.

É através do nosso Bacono que o Vodum, também, traz outra mensagem importante que se torna o esteio, a cominheira ou como diz o (pronuncia algo em língua estrangeira) do nosso culto. O nosso Bacono diz (pronuncia algo em língua estrangeira), ou seja, “o destino traz a sabedoria”.

Para encerrar, me dirijo ao meu Doté, novamente pedindo a bênção e repetindo a frase que ele traz quando investido como bakono, ou seja, adivinho da nossa casa. Quando ele diz “É Doté bó vodun ton-á”, ou seja, se estás de pé, representas o pilar do Vodun.

Vodun Aó.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito ainda para registrar a mensagem da deputada Fátima Nunes, que nos mandou este comunicado.

(Lê) “*Deputado Bira Corôa,*

Comunico a Vossa Excelência que em virtude de agenda no interior da Bahia, não poderei estar presente na sessão especial em celebração do Dia da África, que

será realizada nesta quinta-feira, dia 28, na Assembleia Legislativa da Bahia. Parabeno o nobre deputado pela iniciativa do evento e afirmo o meu total apoio à cultura afro-brasileira.

Fátima Nunes

Deputada estadual da Bahia”

Aproveito ainda para registrar a presença de Val, vereadora de Teodoro Sampaio; do cantor Gui Vieira, aqui presente também; da professora Regina Régia Ribeiro, de Vivaldo Pereira, vice-presidente do PT de Candeias; Flávia Reis, coordenadora de Promoção da Igualdade de Santo Amaro, obrigado pelas presenças; do Ilê Axé Omin Jobá, Mãe Helenice Brito – aproveito para mais uma vez agradecer; do Ilê Axé Oyá Sebaemin, Mãe Zilda, Santo Amaro; Márcio do Rumpami, Runtologi da Casa Guaiacu Luiza.

Aproveito para comunicar que Lucimar Oliveira, da Fundação Gregório de Matos, pediu desculpas por ter se ausentado em função de estar indo para uma atividade em Brasília. Agradecemos pela presença da Fundação Gregório de Matos e da participação de Lucimar Oliveira.

Com a palavra a defensora pública Eva dos Santos Rodrigues.

A Sr^a EVA DOS SANTOS RODRIGUES:- Boa-tarde a todos, em nome do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macedo, que infelizmente não pôde estar presente, gostaria de saudar a Mesa na pessoa do presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade, deputado Bira Corôa, estendendo esta saudação aos demais componentes da Mesa.

Peço desculpas pelo atraso, porque mais cedo estive também representando o defensor público geral na sessão especial que aconteceu na Câmara Municipal de Salvador pela redução da mortalidade materna, na programação do Dia de Defesa dos Direitos da Mulher.

A minha fala será muito breve, é uma fala no sentido de parabenizar a comissão por esta homenagem que vem celebrar o dia 25 de maio, que é o Dia da África. Parece-me que não há dúvida da importância do povo jeje e suas diversas etnias para a formação da nossa cultura afro-brasileira. Mas para além da homenagem, que é justa, que é necessária e que é merecida, acho que nós devemos aproveitar o momento para que possamos discutir, para que possamos trazer novas estratégias e caminhos de inclusão, de cidadania e de combate ao racismo.

Nesse ponto, quero deixar registrado o compromisso que a Defensoria Pública tem na luta contra o racismo e contra a intolerância religiosa e deixar aqui também registrado os meus parabéns a todos vocês.

Muito obrigada.(Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Faremos um momento de homenagens e depois daremos sequência às falas aqui da Mesa, até para quebrar um pouco da rotina de somente falas.

Quero aproveitar e convidar o Terreiro Rampami Kareleui Keue, representado

por Norma Sueli Simas, que será homenageada.

Pedirei a Aílton Ferreira que faça a entrega de uma simbólica homenagem desta Casa e da Comissão de Promoção da Igualdade no reconhecimento da resistência e da nossa própria identidade.

(Entrega da homenagem.) (Palmas.)

A Sr^a Norma Sueli:- Eu gostaria de pedir licença à Presidência da Mesa e solicitar a presença do meu rombono Carlos Botas, a quem é designada esta homenagem pelos seus 40 anos de axé ogudum ojo odum.

A sua bênção, meu pai, o senhor que é a revelação na nossa vida de carinho, de amor, de dedicação a nossa religião, que nos ensinou a amar e a respeitar os nossos voduns. Palavras são poucas para expressar o amor que todos nós filhos aqui presentes sentimos pelo senhor. (Palmas.)

O Sr. Carlos Botas:- Peço licença a todos, a bênção ao meu mais velho, Doté Amilton; a bênção de todos os presentes, os mais velhos e os mais novos ao mesmo tempo, pelo rampami kareleui keue, nós agradecemos esta homenagem e quero dizer a todos que isto é a prova da necessidade de reparação e respeito ao povo negro e a sua religiosidade.(Palmas.)

A Sr^a Norma Sulei:- Axé!

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido Amilton de Sôbô para receber também uma homenagem do Terreiro Keue Vodun Zó. Aproveitando, convido Clodoaldo Silva para fazer a entrega dessa honraria.

(O Sr. Clodoaldo Silva faz a entrega da placa ao Sr. Amilton de Sôbô, representante do terreiro.)

O Sr. Amilton de Sôbô:- Fui pegado de surpresa. A emoção pega a gente em certas horas. Mas quero dizer que em nome do Kwe Savalu Vodun Zó, em nome de sua comunidade, em nome da memória de Constança da Rocha Pires, Mãe Tança, e de todos os meus ancestrais, eu agradeço e fico muito feliz.

Estou muito feliz, sou feliz porque sou dessa religião. Amo minha religião. E como falaram aqui, a minha tataravó veio do Benin para cá e trouxe o legado da nossa religião. Na nossa casa, não só cultuo meus voduns como também cultuo voduns que vieram com o meu povo da África. Lá, na minha Casa, tem decem, oiá, azançu, todos que vieram da África. Realmente, a gente é fechado. Isso eu nunca falei, estou falando hoje em público, mas o povo da casa sabe que nós cultuamos os voduns que da África chegaram. Por isso que fiz aquele cântico, porque tenho que agradecer a eles. E é por isso que sou dessa religião, porque sou negro. Não parece, mas sou negro. (Palmas.)

Muito obrigado por eu ser negro, sou feliz por ser negro e sou feliz porque sou dessa religião. Adoro minha religião.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Saudação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito este momento para também convidar o representante do Terreiro do Ventura, de Cachoeira, Buda de Bobosa, e Mãe Helenice para fazer a entrega dessa honraria.

(A Sr^a Mãe Helenice faz a entrega da placa ao Sr. Buda de Bobosa.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido também o representante do Terreiro do Bogum, Edmilson Sales, para receber esta homenagem, e o Pai Poti para fazer a entrega dessa honraria.

(O Sr. Pai Poti faz a entrega da placa ao Sr. Edmilson Sales.)

O Sr. Edmilson Sales:- Agradeço, e quero dizer que o nosso processo de tombamento já está bastante adiantado. Creio que já no mês de julho o Terreiro do Bogum será... Não gosto muito dessa palavra, tombar, mas o Estado começa a tomar a responsabilidade para a preservação, que é mais do que uma responsabilidade, é uma obrigação.

Axé a todos. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para solicitar aos homenageados que me permitam, no final, tirar uma foto com todos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Dando continuidade às falas dos integrantes da Mesa, passo a palavra à professora Yeda Pessoa de Castro, para que ela nos possa premiar com o seu conhecimento e com o acúmulo da experiência vivida na defesa dos interesses da firmação nossa, afrobrasileira.

A Sr^a. YEDA PESSOA DE CASTRO: - Boa-tarde. Eu somente quero agradecer ao deputado Bira Corôa o convite que me fez. Não é a primeira vez que eu recebo o convite para participar desse Dia da África, e fico muito, muito contente com isso, porque toda vez que aqui estou aprendo mais e mais ainda sobre a cultura negra baiana, sobre as manifestações e as origens dos terreiros de candomblé em suas várias manifestações .

E uma coisa que gostei muito de ouvir aqui, pela qual tenho muito batalhado. O ensinamento e a introdução de línguas africanas nos currículos das nossas universidades. O ensino das línguas não apenas para que as pessoas lá estejam e aprendam a dizer; bom, dia, boa noite, como vai, em yorubá, em fon, em kimbundu e kikongo. Não! Mas introduzir o ensinamento das línguas como línguas estrangeiras que devem ser ensinadas como línguas curriculares. Línguas estrangeiras no mesmo *status* da língua alemã, da língua inglesa e da língua espanhola, que são ensinadas nas universidades.

Eu tenho lutado muito por isso, mas, infelizmente, não tive êxito até agora. Embora a Universidade do Estado da Bahia tenha assinado um convênio com a Universidade de Angola Agostinho Neto para a introdução de duas línguas angolanas no currículo, até agora a UNEB não tomou nenhuma providência para que isso fosse concretizado.

E quando falo em ensinar duas línguas de Angola, o Kikongo e o Kimbundo, porque realmente foram as mais faladas no Brasil. Dos quatro milhões de africanos que foram trazidos, eles não vieram, que foram trazidos e escravizados para este País e construíram esse País, construíram a nossa identidade, do que somos hoje, sobretudo, a mulher negra, que é a nossa grande mãe ancestral, a razão de eu introduzir essas línguas exatamente nesse sentido, porque, desses quatro milhões, 75% foram trazidos de Angola. E a segunda leva que foi trazida, escravizada, que

devemos prestar atenção também, é que não somos descendentes de escravos, somos descendentes de africanos que foram escravizados.(Palmas.) É outra coisa! A segunda leva maior que foi trazida para o Brasil, exatamente veio a partir do fim do Século XVII, foram os minajejes, e, por último, foram trazidos os Nagô Keto. A questão é a seguinte: onde fica geograficamente localizado esse povo chamado de Jeje? Jeje foi uma denominação dada pelo tráfico.

Pesquisa recente tem mostrado - inclusive, está aqui um livro meu, publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais, a língua é minajeje no Brasil, “Um Falar Africano em Ouro Preto, no Século XVIII” - e, inclusive, eu mesma e tive a oportunidade de novo de voltar ao Benin, antigo Dahomey, no ano atrasado, pesquisa recente tem mostrado que a palavra jeje, não era jeje. A palavra jeje vem de Jedevi, os filhos de Jedê . Jedê é um antigo ancestral e fundador do Reino de Dahomey. Então, essa é que é a pesquisa mais recente, mostra nessa direção, mas isso não significa que vamos anular também aquela ideia de que a Jeje que foi lançada nos anos 30, por Renato Mendonça e Jaques Raimundo, dois pesquisadores da época de 30. E depois por Vivaldo Costa Lima que divulgou isso, não vamos, também, eliminar essa questão.

Onde é que fica o povo Jeje? O que é o povo Jeje? Jeje é uma denominação que engloba várias etnias que vivem hoje sob a administração da República Democrática do Benin - que antes era chamada de Daomé .

Nessa grande etnia que foi denominada de Jeje, estão os savalus, os mahis, os fons, os ewes, os gans. Enfim, uma série de etnias que formam esse grande contingente.

Então, é para isso que nós devemos ficar atentos. Não foram apenas os fons, foram outros povos, denominados de etnia Jeje e Jeje Mina, que vieram para cá. No Maranhão, são mais conhecidos como Minas e aqui na Bahia ficaram mais conhecidos como Jeje.

Vocês me desculpem, é uma palavra de uma pesquisadora, é ligada à religião, mas não de dentro da religião, apenas uma pesquisadora que vem muito aprendendo e, cada vez que aqui eu venho, aprendo mais ainda.

Mas há momentos em que o pesquisador tem de interferir um pouco nas palavras que são ditas aqui para trazer novas informações. Como eu venho aqui receber informações dos senhores sobre isso que é muito importante para mim, me julguei no dever também de, como pesquisadora, dar umas informações sobre o que eu sei, o que vivi e o que conheço do mundo Jeje.

Uma coisa importante nesse mundo Jeje é a figura que não foi lembrada aqui, a figura de Légua, que no Maranhão se chama de Légua. (Palmas.) E o dono da minha cabeça é exatamente ele: Légua Bogi Buá da Trinidad.

Muito obrigada, com tchê.(Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para conceder a palavra a Clodoaldo Silva, que aqui representa o procurador-geral Márcio Fahel.

O Sr. CLODOALDO SILVA:- Boa-tarde a todas e a todos. Gostaria de saudar todos os componentes da Mesa, na pessoa do deputado Bira Corôa - a quem agradeço e parabênzo por este evento no qual estou como representante do procurador-geral da Justiça, dr. Márcio Fabel.

Eu ocupo a coordenação de direitos humanos do Ministério Público desde de fevereiro. Estamos lá de portas abertas para os senhores. Dr. Márcio, como procurador-geral, tem tomado algumas medidas de promoção da igualdade racial. Posso destacar aqui a inclusão de cotas, no concurso de promotores, para pessoas afrodescendentes. Temos hoje um concurso em andamento com uma previsão de 30% de vagas para negros. Isso é de uma importância capital, no nosso modo de ver, para que o negro também esteja em posições de empoderamento.

Então, não podemos falar de fora. Os operadores do direito, as instituições da área jurídica, que defendem arduamente a promoção da igualdade racial, precisam também dar passos concretos, internos para dar oportunidade e espaço a essas pessoas negras a estar aqui como estou, como negro, também, representando a nossa identidade (palmas) a nossa raça, a nossa etnia.

Então, esse trabalho está sendo feito no Ministério Público da Bahia e foi validado pelo Conselho Nacional do Ministério Público ante aos questionamentos que foram feitos, de ordem jurídica, acerca justamente daqueles obstáculos que a sociedade sempre impõe a cada avanço que se tem na área de defesa da promoção da igualdade racial.

Então, foi questionado isso no Conselho Nacional do Ministério Público e por unanimidade o Conselho referendou o posicionamento do Ministério Público da Bahia que esperamos que seja exemplo também, para outras instituições da área jurídica na Bahia e no Brasil.

Quero dizer que, também, fizemos, no dia 13, com a honra de ter as participações de Ailton da Sepromi – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia – e do deputado Bira Corôa, um evento de um projeto nosso que se chama *Racismo: conhecer para enfrentar*.

Vejam, aproveitamos a data 13 de maio para fazer um contraponto e para mostrar que há um outro lado nesta comemoração festiva em relação a tal data. Há um posicionamento do Movimento Negro de que tudo, o que temos hoje, foi conquistado e não foi dado, pois não é dívida de ninguém, não é dívida de outra raça e, sim, resultado da luta de todos os ancestrais que foram, aqui, invocados e dos senhores que continuam lutando.

Quero dizer também que aprendi muito nesta trade.

Gostaria muito de que outros colegas do Ministério Público e de outras carreiras estivessem aqui para aprender tanta cultura e tanta riqueza que os senhores todos trouxeram para nós.

Espero contar com as presenças dos senhores em alguns eventos do Ministério Público para termos a oportunidade de, lá, como promotores, de absorver esta riqueza trazida aqui hoje. Desejo, também, que todos continuem nesta luta. Afirmo que todos podem contar conosco do Ministério Público na medida do possível e nas nossas

limitações, que são grandes, mas teremos, sempre, as portas abertas para os senhores.

Ao finalizar as minhas palavras, agradeço, mais uma vez, o convite pela participação de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós agradecemos à Promotoria por ter sido, sempre, um parceiro em nossas lutas e no enfrentamento cotidiano assim como, também, ao Ministério Público. Em seu nome, Clodoaldo, quero, mais uma vez, agradecer ao Dr. Márcio Fahel. (Palmas.)

Quero registrar, ainda, as presenças das seguintes pessoas e entidades: Equedi Joselita Sacramento (palmas); Antônio Carlos Calmon Santos da Associação de Quilombos Urbanos (palmas); Lúcia Vasconcelos da Rede de Mulheres Negras da Bahia (palmas); Fundação Casa Paulo Dias Adorno (palmas) e Rosa Flor Moreno. (Palmas.)

Aproveito este momento para conceder a palavra a Ailton Ferreira que, neste ato, representa a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi) e, também, representa o governador do Estado da Bahia, Rui Costa. (Palmas.)

O Sr. AILTON FERREIRA:- E que responsabilidade, né?!

Boa-tarde aos presentes. Peço a bênção aos mais velhos. Aqui, cedo o nosso cumprimento civil ao deputado estadual Bira Corôa.

O cerimonial coloca, como praxe – e Edmilson sabe – uma orientação para os oradores. Aqui, há o nome do deputado Bira Corôa e, em nome dele, saúdo toda a Mesa. É uma gentileza e uma coisa muito legal do cerimonial.

Nesse caso específico, pode ser dispensado, porque toda vez que se discute, aqui, negritude, racismo, homofobia, candomblé, intolerância religiosa, a lei nº 10.639, as conquistas do povo negro, África, já sabemos de cor o nome do deputado, pois ele é Bira Corôa. (Palmas.)

Bem, tomara que consigamos avançar mais e mais, deputado Bira Corôa, para, nas próximas sessões especiais, termos um número maior de deputados e deputadas presentes, a fim de tratar deste tema.

Hoje mesmo, houve um problema. O deputado Bira Corôa queria passar a condução dos trabalhos da Mesa para mim e não pôde, porque eu sou de outro Poder. Eu estou no Poder Executivo. E, pelo Regimento Interno desta Casa, não posso ocupar a Presidência dos trabalhos, pois não sou deputado.

Então, naquele momento, parece-me, foi um recado que ele quis dar ao dizer que: “Estou precisando de uns deputados nossos aqui para, quando precisar me ausentar, ter um deputado que possa estar presente e conduzir a sessão.” Vejam, normalmente é assim, ou seja, quando um parlamentar se retira, o outro parlamentar ocupa. Não é? E, hora em que ele foi passar, e não tinha. E aí eu digo assim: deve ser recado de Exu, professora Ieda, e Exu que é brincalhão, disse assim: “Deixe eu provocar aqui pai-pote”; aí o deputado me convidou, mas logo a orientação jurídica:

não é possível em função do Regimento, claro, não é possível. Mas foi Exu brincando e dizendo assim: “Está precisando vocês, nós, elegermos mais parlamentares de candomblé (palmas), mais parlamentares que se interessem pelo tema. Não que os outros temas não sejam legítimos e importantes, mas esse tema é importante e ainda tem pouca gente.

Antes do deputado Bira assumir, e eu posso confidenciar agora, porque agora já passou, tivemos uma reunião do CDCN e eu disse: “Deputado, o senhor vai ser deputado, o senhor voltará a ser deputado. Estava lá com Jorginho, Sérgio São Bernardo, e ele olhava para mim, eu acho que ele não entendia direito o que eu estava dizendo, mas eu estava dizendo aquilo não é porque eu tivesse nenhuma solução mágica, não, é porque, sendo de candomblé, eu acredito na força das palavras; depois, eu acreditava e eu tinha certeza de que ele tinha de voltar para aqui, porque, senão, quemalaria essas palavras em nome do nosso povo? (Palmas.)

Então, eu dizia assim: “Rapaz, você vai voltar, você está reeleito”. E ele olhava para mim. “Você está reeleito, você vai assumir o mandato em 2015”. E eis que ele está aqui, assumindo o mandato e fazendo a 8ª sessão solene para cuidar da África, do Dia da África, da Semana da África, do 25 de Maio.

Quando a gente passa por um buraco na rua, em que o carro bate ou em que a gente toma uma topada, a gente sente. Quando a gente passa pelo mesmo local outra vez e o buraco está tapado, a gente não percebe. É igual a dedo inflamado, a gente só lembra do dedo inflamado, professora, quando ele está inflamado, porque qualquer pancadinha dói. Quando está bom, a gente nem lembra que tem dedo.

A presença de Bira aqui, como deputado, fica parecendo algo óbvio, natural, porque ele está aqui, mas se Bira não estivesse aqui assumindo esse mandato, não teríamos, hoje, mais a Comissão de Promoção da Igualdade Social da Assembleia (palmas), não teríamos, porque não havia outra pessoa com a legitimidade e o desejo de fazê-lo. E ele fez tão logo assumiu o mandato.

Então, a gente fala assim, naturalmente, estamos na Assembleia Legislativa da Bahia, paramentados, cantando para voduns, cantando para orixás, cantando para caboclos, parece que é natural, mas não é natural. Não é normal, ainda, nas Casas Legislativas do Brasil inteiro, o nosso povo ser tratado como está sendo tratado aqui, hoje. Não é normal. Isso aqui ainda é anormal, isso aqui ainda é uma conquista que nós estamos efetivando, amadurecendo, ampliando, consolidando para que fique normal. Não é normal.

Então, precisamos transformar isso no normal, do mesmo jeito que é normal, ainda, nos segmentos mais empobrecidos, nos lugares mais difíceis, nas situações mais adversas, a maioria ser o nosso povo, é normal o nosso povo, ainda. Por que eu digo ainda? Porque vivemos um Estado em transição.

Quando aconteceram as chuvas de um mês atrás, no Barro Branco, San Martin, Marotinho, Bom Juá, a gente sabe, nos lugares que caíram, que são os lugares que sempre caíram, e onde não foram investidos os recursos para que não caíssem mais. E a gente sabe as cores, as origens, etnias das pessoas que aparecem na televisão dizendo que perderam tudo. A gente sabe a cor das pessoas e de onde elas vêm,

porque ainda vivemos um Estado em transição, um Estado que está saindo daquele lugar determinado para nós, a maioria, para um outro Estado que nos compreenda e que nos perceba em condições outras. Traduzindo, vivemos no Brasil que foi criado para que algumas pessoas dominassem, colonizadores europeus, brancos, e outras pessoas obedecessem, negros, indígenas, nós. Essa plenária, deputado, que o senhor traz hoje para aqui para este salão onde os deputados da Bahia se reúnem, é formada por pessoas que foram pensadas e percebidas somente para obedecer e receber as ordens.

Nós estamos invertendo a lógica. Já temos mesas com o nosso povo sendo a maioria, já temos plenária com o nosso povo sendo a maioria. Estamos mudando a lógica de um País que foi pensado não para nós, mas pensado como diz a música do rapaz, “tudo deles e nada nosso”. Estamos invertendo.

Mas só que a nossa inversão, ialorixás e babalorixás, não é para reproduzir o jeito de fazer errado. A nossa inversão não é para que os escravizados de ontem, e ainda de hoje, sejam os novos senhores de escravos do presente e do futuro. A nossa inversão é para que possamos conviver com generosidade, solidariedade, igualdade, respeito. (Palmas.) Não é para a gente ocupar o espaço que nos foi negado, professora Ieda, e fazer tudo que fizeram conosco, ao contrário.

Dizia D. Hélder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, que o mundo não precisa de escravos, nem brancos nem pretos. Nada dos escravos de hoje quererem ser senhores dos escravos, amanhã. Então, a gente supera isso muito bem. E o povo de santo sabe superar isso muito bem, porque o povo de santo não tem vocação para escravizar pessoas, muito pelo contrário. A vocação do nosso povo é do serviço, é de atender, é de orientar, é de acolher, é de abraçar, é de dar comida, é de dar bênção, porque na ótica do oprimido, nós, que vivemos a opressão, tivemos que aprender, entre outras, a criar a inclusão que o Estado não criou.

Então, os templos religiosos, além do transcendental, defensora Eva, além do sagrado, além do divino, os nossos templos traduzem o amor ao invisível no amor ao visível, no cotidiano da prática. (Palmas.) Porque antes do SUS, antes do Bradesco Saúde, antes de Planserv nos terreiros da gente, se fazia saúde com esteira, para usar o nome que foi falado aqui, ou com chá, ou com erva, ou com banho, ou com repouso, ou com recolhimento, ou com as limpezas litúrgicas que são feitas e que têm uma associação com a natureza, com a medicina, com a cura, com a prevenção de doenças, antes das drogas europeias e dos Estados Unidos, que aliás, são feitas das nossas ervas. (Palmas.)

Então, o nosso processo civilizatório brasileiro deve à contribuição africana, que a Assembleia Legislativa celebra nesta data, deve à contribuição nas artes, nas letras, na literatura, na medicina, na engenharia, e que nos foi legada. Na minha escola, do meu tempo, aprendi, na Duque de Caxias, na Liberdade, nem imaginava que faraós fossem coisa de preto ou que Egito fosse coisa de africano. Ou que pirâmides egípcias, que aquela arquitetura e engenharia, fossem coisas tão próximas de nós.

Nós nem sabíamos que África era continente. Eu imaginava, quando era jovem,

promotor Clodoaldo, que África era um país, como era a Grécia, como era a Espanha, eu pensava que era igual a Portugal. Nem passava pela minha cabeça que África era um continente com mais de 50 países e muito menos que a medicina, que o embalsamamento de corpos, que a maquiagem dos corpos pudesse ser coisa minha, logo de quem, de nós, negros, que aprendemos o tempo todo que não servíamos pra nada. Ou melhor, aprendíamos o seguinte: contribuições que nos remetiam do passado a lugar algum. Porque colocavam a nossa contribuição no plano do folclórico, apenas com uma puxadinha para a culinária, o maculelê, a capoeira e pronto. Aí parava, parecia que a gente tinha acabado, morreu todo mundo. Não haveria mais nenhum tipo de esforço ou contribuição civilizatória do nosso povo.

Começamos a descobrir, a produzir outros governos e ver, a partir de 2001, depois da Conferência de Durban, e quando, na época, o presidente Fernando Henrique veio a público dizer o que a militância negra já dizia e a sociedade não queria ouvir. A militância dizia que havia racismo no Brasil, a militância negra dizia que havia uma pobreza negra provocada pela explosão racial, pelo *modus* de produção e ocupação do Estado. Parte da sociedade dizia que não era possível, somos uma civilização da democracia racial.

Depois de Durban, quando a conferência disse que os países que produziram riquezas a partir do trabalho de pessoas escravizadas deviam a essas pessoas e a seus descendentes políticas de promoção da igualdade, e Fernando Henrique vai a público e disse que o Brasil é um país racista, parte da mídia começou a pautar e falar o que o movimento negro já falava há um bom tempo, há um bom tempo e há um bom tempo.

Em 1988, a Constituição já previa muitas das coisas que, hoje, estão sendo colocadas em prática, mas não foram sequer regulamentadas. O que se pensava sobre povos de terreiro, por exemplo, na Constituição de 1988 só foi regulamentado a partir de 2003, com o governo Lula. O governo Lula é que cria o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639, e a Lei 11.645, para tratar da cultura dos povos indígenas. Assim como o governo Lula cria as políticas para povos tradicionais, que regulamenta essas políticas, cria uma série de decretos.

E o governo Jaques Wagner também inaugura no Estado da Bahia, pela primeira vez, uma secretaria de Estado para cuidar do povo, da cultura negra e africana. Havia, em Salvador, a Reparação, criada em 2003/2004, e, em 2007, o governador Wagner cria a Sepromi.

Estou aqui, inclusive, representando a secretária Vera Lúcia Barbosa. A minha secretária está, neste momento, no CDCN - Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, no Pelourinho, e não poderá chegar a tempo para participar da sessão, e tive a felicidade de representá-la. Como ela representa, aqui, o governador Rui Costa, faço essa representação também, o que muito me honra como cidadão.

Imaginem, senhoras e senhores, deputado Bira Corôa, a revolução que estamos fazendo, mais do que muitas organizações estão fazendo. Estou aqui, agora, Edmilson Sales, representando a secretária de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, Vera Lúcia Barbosa, que está num encontro tratando de negritude com o

Conselho estadual, por isso que muitos não estão aqui, e estou, circunstancialmente, legitimado a representar o governo do Estado. Olha só a cara do representante! (Palmas.)

Como diz Caetano Veloso: “Alguma coisa está fora da ordem.” Preto, pobre, da periferia, órfão aos 15 anos de idade, estudante do Duque de Caxias e da Escola Pirajá da Silva, que nasceu na Rua do Céu, limite com a Avenida Peixe, depois migrou para a Fazenda Grande do Retiro, professor, filho de terreiro, filho de Ogum e membro da Irmandade dos Pretos, está nesta tribuna falando em nome do governo do Estado da Bahia. (Palmas.)

É essa transformação e essa revolução que estamos fazendo, porque quando a gente faz isso está traduzindo o que merece mais de 52% da população brasileira, quando a gente faz isso, a gente está dando lugar a mais de 80% da população de Salvador, está dando lugar a mais de 67% da população da Bahia.

Fazer política afirmativa, fazer promoção da igualdade no Brasil não é atender à minoria, é atender à maioria, não é fazer privilégios, é fazer reparação, como bem disse o pai, é corrigir os erros que foram cometidos ao longo do processo histórico brasileiro, ao longo do “fazimento” da República brasileira. Então, é isso que nós estamos fazendo.

Celebrar a África não é apenas do ponto de vista festivo. Evidentemente que gostamos de festejar, até porque a festa, para nós, tem um significado especial, antropológico. Porque é o seguinte: para quem teve a liberdade do corpo impedida celebrar a vida com dança, festa, roupas e enfeites faz parte da revolução, mas não é só no plano estético, é no plano político também.

Entender a África não é entendê-la como coitadinha, que precisa do nosso socorro. É entender a África como um país, Angola, que, hoje, produz tecnologia, que consegue alfabetizar pessoas, que saiu de uma guerra e constrói várias cidades ao mesmo tempo, do tamanho da Liberdade, para pessoas habitarem, que inova em habitação, tecnologia, em desenvolvimento econômico.

Temos que trabalhar com a África não na perspectiva de que é um monte de gente desinformada, que não sabe de nada e que precisa da nossa competência superior. Pelo contrário, posso afirmar aos senhores e senhoras aqui que um estudante médio, um profissional do volante ou um garçom, em Angola, sabe falar mais do Brasil do que alguns professores brasileiros sabem falar de Angola ou de outros países africanos.

Conversar com a África é compreendê-la para além dos filmes na TV, de Tarzan, Jane e Chita. É entender que nós não estamos acima. Precisamos aprender mais para nos equiparmos e para que o nosso Estado, os nossos governantes, as nossas empresas, possam traduzir no diálogo com a África contribuições, intercâmbio cultural, científico, tecnológico, para produzir recursos, gerar empregos, gerar renda e garantir a interlocução com a África, que é feita de alguma forma, mas não por nós. Quem discute Brasil com a África, em sua maioria, são empresários brancos. A gente precisa ocupar esse espaço, os africanos estão esperando isso de nós.

Esse é o recado da nossa Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, esse é o

recado do governo da Bahia, um governo que está, hoje, com a Sepromi, “transversalizando” com todas as secretarias de Estado a aplicação de recursos do Fundo de Combate à Pobreza para a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, que foi sancionado em 2014, e que este ano a gente coloca em prática. Não com o recurso que está na Sepromi – deputado Bira, precisamos da sua ajuda – mas com o recurso que está em todas as secretarias: Educação, Saúde, Cultura, todas têm recursos destinados para quilombolas e terreiros. Nós temos que ajudar a Sepromi a buscar esses recursos, junto com vocês, nas secretarias, para a gente transformar em projetos para melhorar a vida do nosso povo.

Quero deixar, aqui, um recado: precisamos, deputado, ter aqui, nesta Casa, neste Poder importante, uma frente parlamentar de amigos da África, porque precisamos urgentemente ter a ponte aérea Salvador/Luanda, Salvador/África do Sul. Para chegar a países africanos, a gente tem que ir para São Paulo, ou Lisboa, porque há um problema político e de ordem econômica. Precisamos ter na Bahia, que é a cara da África no Brasil e no mundo, essa ponte aérea, para nos aproximarmos mais da rota que nos trouxe e pode nos levar, só que em outra condição.

Parabéns, deputado Bira Corôa! Parabéns a todos nós! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para convidar todos a assistir a apresentação cultural do Teatro Encantado Savalu que irá nos prestigiar com uma apresentação para chegarmos ao encerramento. Mas quero aproveitar, ainda, para registrar a presença de Jorge Torres Junior, da PGE, e de pai Douglas do Ilê Axé Alaketu Ogunjá.

Gostaria de registrar a presença de Edson, mais uma vez aqui presente. Enquanto o teatro se organiza, quero aproveitar para, inicialmente, fazer alguns agradecimentos. Agradecer ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, e a todos os pares desta Casa, porque, após a sua presidência, pudemos atingir, sem dúvida alguma, um espaço de democracia e de participação. A nossa presença negra com autonomia, com altivez nesta Casa tem sido possível graças a abertura dada por este Poder Legislativo. É bom citar que esta Casa - que representa os interesses do povo baiano e de toda a representação das nossas diversidades e dos nossos interesses socioeconômicos, políticos e sociais - não foi projetada para a nossa presença. Basta ver a estruturação, a localização e a própria arquitetura desta Casa: temos um plenário que não cabe sequer a nossa presença, a presença do povo, da sociedade.

Então, em função disso, quero aproveitar para registrar esses agradecimentos ao presidente Marcelo Nilo e, também, a todos os pares que têm aprovado, através da comissão, as nossas sessões, audiências públicas e debates que temos travado nesta Casa.

Neste exato momento, quero aproveitar para ceder o espaço ao Teatro Encantado Savalu. (Palmas.)

(Apresentação do Teatro Encantado Savalu.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Agradecemos mais uma vez a belíssima

apresentação do Teatro Encantado Savalu.

Aproveito para logo mais, no encerramento, convidar todos para um coquetel no salão ao lado, o dos ex-presidentes desta Casa.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, quero agradecer a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, dos senhores e das senhoras, da imprensa, dos servidores desta Casa, pois não esquecemos, também, a dedicação e o compromisso de todos e todas e das assessorias dos nossos gabinetes.

Em especial, agradeço a todos e a todas que representam a nossa verdadeira identidade. Agradeço em nome de todos nós e pela afirmação daqueles que não estão mais entre nós, mas que deram contribuições incomparáveis para que, hoje, pudéssemos estar celebrando mais um Dia da África na Bahia e no Brasil. Assim, estamos reafirmando a nossa negritude.

Espero que este dia seja mais um dentre centenas que, ainda, estão por vir. Mas, com certeza, conquistaremos o que os nossos ancestrais impuseram através da luta que é o direito de liberdade e o direito de ser, acima de tudo, cidadão e cidadã no Estado da Bahia e no Poder Legislativo constituído.

Ao encerrar este ato, agradeço a todos e a todas que representam esta força da nossa luta e, acima de tudo, este marco na nossa cultura, em especial, o que permitiu que o Brasil fosse o País de maior diversidade mas que, ainda, precisa olhar dentro de si, a fim de que a África e o Brasil não estejam tão distantes.

Esperemos, também, que a separação de um oceano, entre a África e o Brasil, não seja suficiente para amargar marcas profundas e dores intensas nos nossos povos.

Precisamos, sim, garantir que a África esteja no Brasil e o Brasil esteja na África sem a marca – termo, aqui, muito bem foi colocado – da escravidão, mas com o dever de corrigir o erro humanitário que, lá atrás, fizeram com que a África chegasse ao Brasil na condição mais perversa e mais reprovada em toda a concepção de mundo, pois homens e mulheres aqui chegaram escravizados e, agora, precisam conquistar o direito de ser homens e mulheres livres.

Em nome desta liberdade, quero encerrar este ato ao convidar todos para um breve coquetel, aqui, no salão ao lado.

Obrigado pela presença de todos e todas.

Declaro encerrada a presente sessão especial.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*